

Teorias do Direito Administrativo Global e *Standards*

DESAFIOS À ESTATALIDADE DO DIREITO

2020

Otávio Venturini

**TEORIAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL E STANDARDS
DESAFIOS À ESTATALIDADE DO DIREITO**

© Almedina, 2020

AUTOR : Otavio Venturini

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Marília Bellio

PREPARAÇÃO E REVISÃO: Paula Brito Araújo e Lyvia Félix

DIAGRAMAÇÃO: Cláudia Lorena

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556270951

Outubro, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Venturini, Otavio

Teorias do direito administrativo global e
standards : desafios à estatalidade do direito /

Otavio Venturini. -- 1. ed. -- São Paulo :

Almedina, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-5627-095-1

1. Direito administrativo 2. Direito
administrativo - Brasil 3. Direito empresarial
4. Direito empresarial - Legislação - Brasil

I. Título.

20-42133

CDU-35(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito administrativo 35(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	11
LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	23
I A CONSTRUÇÃO DA ESTATALIDADE DO DIREITO E O LIMIAR DA GLOBALIZAÇÃO JURÍDICA	29
1.1 Estado, <i>Crown e Government</i> : gênese, elementos e a sua relação com a estatalidade do Direito	33
1.1.1 A experiência do Estado Moderno na Europa Ocidental continental: a construção do paradigma estadocêntrico	37
1.1.2 As experiências da <i>Crown e Government</i> : a tradição antiestatista anglo-americana e o limiar da globalização jurídica	44
1.2 <i>U.S. administrative law</i> e direito administrativo transnacional no âmbito da União Europeia: fundamentos da globalização-americanização e da globalização-europeização	51
1.2.1 <i>U.S. administrative law</i> : protagonismo do indivíduo, elemento federativo e aptidão à extraterritorialidade	52
1.2.2 Direito administrativo transnacional no âmbito da União Europeia: cooperação administrativa e convergência regulatória	64
1.3 Conclusões parciais	68

TEORIAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL E *STANDARDS*

2	VERTENTES TEÓRICAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL	71
2.1	Distinções terminológicas iniciais: direito internacional administrativo, direito administrativo internacional e direito administrativo transnacional	76
2.2	Teorização do direito administrativo global a partir dos dilemas da globalização-americanização	79
2.2.1	Escola da <i>New York University</i>	80
2.3	Teorização do direito administrativo global a partir dos dilemas da globalização-europeização	86
2.3.1	Escola de Viterbo	87
2.3.2	Escola de Max Planck	94
2.3.3	Leituras teóricas alternativas do direito administrativo global no continente europeu	103
2.3.3.1	Espanha	103
2.3.3.2	Portugal	106
2.3.3.3	França	109
2.3.3.4	Reino Unido	111
2.4	Teorização do direito administrativo global a partir dos dilemas da sul-globalização	112
2.4.1	Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas	112
2.5	Síntese comparativa das diferentes vertentes do direito administrativo global	115
2.6	Conclusões parciais	119
3	DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL E <i>STANDARDS</i>	121
3.1	Direito administrativo global e reconhecimento do carácter jurídico a normas de fonte não estatal	122
3.2	<i>Standards</i> e ordem jurídica estatal: distinções conceituais e integração a partir de uma leitura estatalista do Direito	124
3.2.1	Incorporação e remissão a <i>standards</i> pela ordem jurídica estatal	129
3.2.2	Modelos de remissão a <i>standards</i> e princípio da legalidade	130
3.3	Expansão do escopo material da <i>standardization</i> e direito administrativo global: uma proposta normativa	133
3.4	A <i>International Organization for Standardization (ISO)</i>	138

3.4.1	Natureza jurídica e estrutura da governança: organização não governamental	140
3.4.2	Processo decisório para elaboração de <i>standards</i> : descentralização decisória e princípio procedimental do consenso	147
3.4.3	A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	152
3.5	Conclusões parciais	156
4	SITUAÇÃO-PROBLEMA: PRODUÇÃO E INGRESSO DA ISO 37001 NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	159
4.1	A <i>standardization</i> do tema de corrupção e a ISO 37001	
4.1.1	Expansão da <i>standardization</i> e técnica de redação da ISO 37001	
4.1.2	Competição com outros <i>standards</i>	
4.2	Processo de elaboração da ISO 37001	174
4.2.1	Composição do Comitê de Projeto 278	174
4.2.2	As reuniões do Comitê de Projeto 278 e a participação da ABNT no processo decisório	175
4.2.3	Circulação de <i>standards</i> : adoção do <i>standard</i> britânico BS 10500 como ponto de partida para elaboração da ISO 37001	176
4.3	Ingresso da ISO 37001 no ordenamento jurídico brasileiro	177
4.3.1	Os acordos de leniência celebrados pelo MPF e pela CGU/AGU	178
4.3.2	O Projeto de Lei 8/2018 do estado de Tocantins	
4.4	Conclusões parciais	
5	CONCLUSÕES	189
5.1	Do território nacional à procura do espaço jurídico global	190
5.2	Do monopólio e coerção à competição e legitimidade	194
5.3	A função normativa do direito administrativo global	197
	REFERÊNCIAS	199